



Conjuntura Cafeeira

PLÍNIO CAVALCANTI de ALBUQUERQUE

DENÚNCIA SOBRE O CONVENIO
DO MÉXICO

Em reunião da Diretoria da Sociedade Rural Brasileira, o dr. Plínio Cavalcanti de Albuquerque, diretor do Departamento de Café da Entidade, fez a seguinte comunicação:

— Senhor Presidente: —

Na Câmara Federal, em sessão realizada, dois ilustres deputados paulistas analisaram a situação econômica do País, detendo-se em severas críticas à atual política cafeeira.

O deputado Lincoln Feliciano, que integra a bancada governista, apreciou principalmente o Convênio do México, lembrando, sobretudo, a existência de cláusulas sigilosas e inconvenientes para o Brasil em o anexo, referido como parte integrante do mesmo Convênio. Um outro parlamentar, e membro da Junta Administrativa, o sr. Hugo Cabral, há poucos dias, em Londres, levantou a mesma dúvida de que se contemham obrigações prejudiciais no aludido anexo.

Já fizemos um apelo à presidência do I.B.C. para a publicação do documento em sua íntegra para dissipar, de vez, o ambiente de suspeição que a sigilozidade está criando.

As críticas na imprensa paulista, nas associações rurais e agora no Parlamento Nacional exigem imperiosamente sua mais larga publicação.

Renovamos esse nosso apelo ao sr. Paulo Guzzo, elemento integrado na cafeicultura, e que continua recebendo o apoio de sua classe na direção do órgão da lavoura ao qual cabe a orientação econômica do café brasileiro.

O discurso do deputado Herbert Levy, que é um dos parlamentares mais versados em finanças e economia, constituiu uma denúncia mais grave, que não pode passar despercebida a uma sociedade como a Rural, que congrega em seu seio a maioria dos cafeicultores associados do Estado.

Depois de comentar a criação da CEAC (Comissão Executiva de Assistência à Cafeicultura), órgão esse que para aquele deputado contraria dispositivos expressos da lei n. 1.779 e arbitrariamente anula a competência e fiscalização da Junta Administrativa do I.B.C., denuncia a existência de um esquema de venda de cerca de 3 milhões de sacas, do chamado «estoque de café do governo» e que hoje faz parte do «Fundo do Café» para os chamados países da «cortina de ferro».

Essa volumosa transação floria a cargo de um sindicato inglês e holandês e que só de comissão — esclarece o deputado Herbert Levy — «sem falar em eventuais diferenças de preço, atingiria a soma de 480 milhões de cruzados».

Esperamos que a informação não se confirme e, se efetivamente se processa essa volumosa venda, que o governo a suspenda definitivamente. A Sociedade Rural Brasileira, em manifestações reiteradas e unânimes de sua diretoria, tem manifestado seu pen-

A reunião do Rio de Janeiro é, na realidade, uma complementação do Convênio do México.

No México, à base de entendimento dos países produtores latino-americanos, processou-se um esquema de contingenciamento da oferta do café cujos resultados foram os mais satisfatórios possíveis para os interesses comerciais da indústria cafeeira do nosso país.

A regularização da oferta, no entanto, de que resulta a necessidade de estocagem dos volumes excedentes, é plano para curto prazo.

Torna-se indispensável que se anexe ao acordo bem elaborado esquema de propagação para ampliação dos mercados existentes e conquistas de novos, a fim de que a médio e longo prazo, possam ser absorvidos os excedentes de produção.

Na realidade, a propagação do café em sentido genérico, apenas como bebida, sem a preocupação da área de origem do produto, só é feita nos Estados Unidos e no Canadá, através do Bureau Panamericano do Café.

O que deve ser estruturado na reunião do Rio será uma organização internacional que seja de fato a extensão a todas áreas de consumo, sobretudo européia, da propagação executada pelo Bureau Panamericano.

E nessa organização deverão participar não só a produção latino-americana como ainda os produtores coloniais. A presença da França, da Bélgica e de Portugal, nessa reunião, países com grandes plantações coloniais, é indicio de que esse novo organismo se fará de fato a base de cooperação internacional.

Formação da chapa da Rural — Causou excelente impressão no meio da cafeicultura o critério elevado da Sociedade Rural Brasileira na elaboração de sua chapa para concorrer às eleições da Junta Administrativa do I.B.C.

Partindo do princípio de que a Junta é o órgão supremo do Instituto Brasileiro do Café, bate-se a Sociedade por uma representação de escó, escolhidos os melhores elementos na classe, independentemente de qualquer preocupação estreita associativista.

Reuniu a Rural, na composição de sua chapa, o que se encontra de mais expressivo na cafeicultura paulista, dentro e fora do quadro de seus sócios.

Burocracia fiscal — O sr. Tomás Waterley, na qualidade de presidente da Associação Rural de Ribeirão Preto, encaminhou ao sr. Governador longo e bem elaborado memorial demandando os entraves provocados pela burocracia em relação a arrecadação da taxa de viação.

Naquêle documento demonstra-se, por exemplo, que para pagamento de quicela taxa e para a posição do «cristo» na guia há uma parada do caminhão em S. Paulo de quase um dia, ocasionando um acréscimo de despesa calculado em Cr\$ 20,00 por saca.

Propõe a Associação Rural de Ribeirão Preto a adoção de uma série de medidas, muitas das quais, como se vê no aludido memorial, já sugeridas pela Sociedade Rural para eliminar a excessiva burocratização na arrecadação do fisco estadual.

A Sociedade Rural Brasileira vem se batendo por essa mesma eliminação, para que o café, se escoe, sem interrupção, da área de cultivo ao pósto de embarque.

Exportação dos cafés do estoque do governo — Denunciou-se na Câmara Federal a intenção do governo de nego-

ciar cerca de 3 milhões de sacas de café com a Europa Oriental. Até aí nada de mais. O ideal seria mesmo que os chamados países da «cortina de ferro» passassem a comprar o nosso café, no maior volume possível, pois mais do que nunca, com uma safra grande como a de 1958/59, precisa o Brasil de novos e numerosos clientes para absorção dos inevitáveis excedentes.

Falou-se, porém, na venda dos cafés do chamado estoque do governo, retirado do mercado para seu equilíbrio estatístico, e que hoje pertence ao chamado «Fundo do Café».

A Sociedade Rural Brasileira mantém a esse respeito uma atitude bem definida. É absolutamente contrária à venda desses cafés, a não ser em fase de escassez para não agirem essas vendas como fator seguro de depressão dos preços.

Ela já se opôs à venda de cerca de 150.000 sacas à Turquia, reprovou a permuta de 25.000 sacas com adubos com a Alemanha Ocidental e não podia deixar de protestar contra a transação denunciada na Câmara Federal, o que de resto foi feito em trabalho elaborado pelo Departamento de Cafeicultura, publicado em outro local desta secção.

LEON ISRAEL AGRÍCOLA E EXPORTADORA S. A.

EXPORTADORES DE CAFÉ

End. Teleférico Windelbl

SANTOS - Rua do Comércio, 42/44 - Caixa n. 77

Telefones 2-2155 - 2-2156 - 2-2157

Rio de Janeiro - Av. Rio Branco, 4 - 15.º andar - Caixa 3104

Jacarezinho - Caixa Postal n. 95 - Telefone, 32

Paranaguá - Avenida Gabriel de Lara, 247 - Caixa 81

Londrina - Praça Willie Davids n. 835 - Telefone, 832

